

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .**

Aos vinte e um dias do mês de Outubro de 1999 , realizou-se a reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, o Presidente do Conselho João Athayde abre a reunião convocando os membros da Mesa Diretora para ajudar nos trabalhos do dia e comunica a todos a pauta, que é a seguinte: 01 – Informes, 02 – Estudo da viabilidade de diminuição do prazo entre o recebimento dos valores pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e repasse aos hospitais conveniados aos Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte, 03 – Parecer da CTCA, 04 – V Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde, retirada de 08 delegados, 05 – VIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde – retirada de 04 delegados. 06 – Parecer da CTRH. O Presidente do Conselho João Athayde informa que esteve participando da Conferência Municipal de Saúde da cidade de Poté no norte de Minas Gerais, disse que participou da reunião da Comissão Local de Saúde do Centro de Saúde Vila Ermelinda que aprovou o estatuto da Comissão local. Coloca que esteve conjuntamente com os conselheiros, Antônio Carlos, Maria Josefina, Paulo Roberto Venâncio, na reunião dos Conselhos Municipais de Saúde da região metropolitana e do Fórum de Conselhos Municipais de Belo Horizonte. Em seguida o Presidente leu um documento do usuário Rubens Ribeiro Leite, referente ao ponto facultativo do dia 11/10/99, dizendo que o ponto facultativo da PBH prejudicou os usuários que já tinham consultas já marcadas anteriormente, leu o convite do Conselho Municipal de Saúde de Betim convidando os conselheiros para participarem da V Conferência Municipal de Saúde da cidade de Betim a realizar – se nos dias 22, 23, 24/10/99, leu um convite da Assembléia Legislativa par a uma audiência pública da Comissão de Saúde no dia 26/10/99 para discutir a questão do financiamento, atenção à saúde e a prevenção de doenças na região metropolitana de Belo Horizonte. A conselheira Maria Josefina passa informes da reunião do fórum dos Conselhos Municipais de Belo Horizonte a ser realizada no dia 27/10/99 na sede da PBH, às 17:00 horas. O Conselheiro Evaristo Garcia passa informes sobre a reunião dos países de língua portuguesa que discutiu a questão da pobreza, educação e saúde. O sindicalista Boaventura denuncia a atitude da Associação dos hospitais do Estado de Minas Gerais, onde a Associação publicou nota de repúdio contra o Procurador que denunciou 50 hospitais de Minas Gerais, cobrando taxas extras a pacientes do SUS, Boaventura pede para o Conselho se posicionar neste assunto. A conselheira Ednéia Aparecida de Souza denuncia a falta de acondicionamento do lixo no Centro de Saúde Taquaril, disse que tentou de todas as formas com as autoridades e nada conseguiu para resolver o problema, disse que a Comissão Local de Saúde se reuniu e resolveu fazer um mutirão para construir um local para acondicionar o lixo. O conselheiro local de saúde José Maria reclamou da atual situação de saúde em Belo Horizonte, segundo ele falta medicamentos nas unidades do SUS/BH. O conselheiro Antônio Carlos sugere uma emenda no orçamento da PBH para o ano 2000 para construção de uma área para acondicionar o lixo do Centro de Saúde Taquaril. O Secretário Geral Paulo Roberto Venâncio disse que esteve nos Centros de Saúde Serra Verde e Cidade Ozanam onde proferiu palestra sobre o papel dos conselhos de saúde e passou informes sobre a V Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde e disse que a data da realização da VIII Plenária Nacional de Conselhos será modificada e que o Conselho Nacional de Saúde irá comunicar ao CMS a nova data de sua realização. A conselheira Rosseli informa que será realizado um seminário sobre Bio Segurança no mês de dezembro de 1999, organizado pela CTRH, informa que os motoristas do Resgate estão a 04 anos sem tirar férias, devido a rotatividade das empresas que fazem este serviço para a SMSA e isto está causando stress para os motoristas e pede para que estes motoristas sejam contratados diretamente pela SMSA, ainda comunicou que um funcionário terceirizado Welcelei Domingos Sávio foi demitido pela sua chefia por ter participado da VI Conferência Municipal de Saúde, disse que a CTRH pede que o Conselho intervenha nesta questão. O Secretário Geral Paulo Roberto Venâncio sugere que se faça uma reunião entre a Empresa FULLTIME e Diretora do Distrito Sanitário Centro Sul, convocada pela Mesa Diretora para discutir este assunto. A Conselheira Rosseli propôs uma reunião do Conselho com as empresas terceirizadas para verificação de seus contratos de prestação de serviços com a SMSA. Em seguida o Presidente do Conselho João Athayde passa para o 2º ponto da pauta . Estudo da viabilidade de diminuição do prazo entre o recebimento dos valores pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e o repasse aos hospitais conveniados ao SUS/BH. O Presidente convida os debatedores para compor a mesa para explanar sobre o assunto. O Sindicalista Boaventura Mendes inicia falando que este debate é uma seqüência de uma reunião que se realizou na Delegacia Regional do Trabalho, dado a diversos problemas que se tem com os hospitais de Belo Horizonte, segundo o sindicalista existem também o problema da questão das condições de trabalho, dentre as várias reuniões que aconteceu na DRT, determinou – se que fosse feita uma reunião do Conselho para discutir a questão do repasse financeiros aos hospitais, disse que em decorrência deste atraso conseqüentemente ocorre o atraso na folha de pagamentos aos trabalhadores das entidades privadas conveniadas ao SUS/BH. Coloca que os donos de hospitais alegam que só recebem a fatura do SUS entre o dia 20 e 25 de cada mês, por isso eles atrasam o pagamento dos funcionários, disse que os donos de hospitais alegam que a Secretaria Municipal de Saúde recebe os recursos financeiros do Ministério da Saúde no dia 02 de cada mês e repasse aos hospitais a partir do dia 20 de cada mês. Coloca que o procurador do Ministério Público propôs para resolver este problema que a SMSA repasse os recursos aos hospitais até no 5º dia útil, para que os hospitais dentro deste período quitasse a folha de pagamento dos trabalhadores. Defende que se deva aprofundar esta questão, na sua opinião o problema não é esse, disse que o sindicato já detectou que existe um

60 problema sério e administrativo nesses hospitais, segundo ele, porque não é só com os hospitais conveniados ao SUS  
61 que isto acontece, existe outros hospitais privados que também tem este problema no atraso de pagamento aos  
62 trabalhadores, citou o caso do Prontocor. Disse que o debate é mais sério e pergunta de que como esses hospitais vão  
63 continuar prestando serviços ao SUS, qual é a garantia da qualidade na prestação de serviços aos usuários, se os  
64 profissionais não podem contar com os salários no fim do mês para a sua sobrevivência. O Sindicato já vem  
65 acompanhando esta questão de perto e estamos dizendo que as direções deste hospitais que os seus problemas  
66 administrativos tem que serem resolvidos, o hospitais não tem um fundo de Caixa exceto problemas muitos sérios nas  
67 suas administrações. O Sindicato já propôs a estes hospitais que abram suas contabilidades para os trabalhadores no  
68 sentido de mostrarem a real situação financeira desses estabelecimentos, ele sugere que o Conselho deva estar exigindo  
69 isso, porque a maior parte dos recursos destes hospitais são oriundo do FMS é dinheiro público que ninguém tem  
70 controle sobre esse dinheiro se quer os salários dos trabalhadores estão sendo pagos, pergunta qual o controle e sobre  
71 essa questão e a forma que os hospitais vão apresentar aqui para resolver essa questão. Os hospitais sempre alegam que  
72 o problema é do governo, o governo tem que passar mais recursos, mas só que não se propõem a discutir em troca  
73 desses recursos a onde estes recursos estão sendo aplicados, quando esta situação quem sai perdendo a população e os  
74 trabalhadores, disse que alguns hospitais já recebem antecipação destes recursos como a Santa Casa é paga atrasado os  
75 seus funcionários, os trabalhadores da Santa Casa não podem contar com férias, pergunta para onde estão indo esses  
76 recursos, disse que na maioria dos hospitais, eles não estão contribuindo com suas obrigações sociais. O problema está  
77 ficando crônico e temos que temos que ter uma solução para resolver essa situação, questionou quando o Sindicato  
78 entra na justiça, o recurso aparece e são pagos os funcionários e pergunta qual é o porte de recursos que é repassado  
79 para esses hospitais e a forma que estão sendo aplicados, em seguida o conselheiro Lauro Batista, representante da  
80 Federação dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas de Belo Horizonte inicia falando que a profissionalização dos  
81 hospitais devem ser em todas as áreas de Saúde, deixar de lado as pendências políticas e usar as suas atividade para o  
82 seu fim que é o atendimento ao usuário, acha que falta planejamento estratégico na área de saúde, falta de profissionais  
83 que entende de administração, de economia, de recursos humanos. Disse que na saúde não existe verdade que pendure  
84 mais de 24 horas, porque não há planejamento. O empirismo na saúde é que impera, isto vem deste o regimento militar  
85 e do império, acha que o Brasil ainda leva mais 500 anos para amadurecer como povo e nação, acha que temos que  
86 amadurecer mais como nação. A profissionalização sim, deve ser perseguida 24 horas interativamente, coloca que os  
87 hospitais filantrópicos conveniados ao SUS, tem um contrato com a SMSA, citou o capítulo do compromisso do  
88 conveniente no inciso 3º do contrato do SUS com os hospitais, citou que este capítulo é cumprido pela SMSA, além de  
89 cobrar os serviços com a qualidade de vida, estes hospitais, todos tem o seu padrão avaliado mensalmente e disse que o  
90 hospital da Baleia participa de vários programas da SMSA, desde que BH entrou na gestão semi plena a SMSA não  
91 atrasa os repasses para os hospitais filantrópicos, hoje o fechamento da fatura e o pagamento é em média de vinte dias,  
92 inferior do que a UNIMED paga para os hospitais, não existe atraso no repasse da SMSA para os hospitais, disse que os  
93 valores pagos aos hospitais hoje estão na Internet e a própria SMSA já repassou esses valores para as CTF e CTCA,  
94 não existe nada escondido, existe um controle e avaliação da SMSA em todos os hospitais com servidores  
95 acompanhando o dia a dia do Hospital avaliando o número de vagas diárias, defende que no setor de saúde deve  
96 prevalecer a parceria nos diversos setores da saúde, que as decisões sejam planejadas e coordenadas para atingir o bem  
97 comum. Em seguida Dr. Elcio Nogueira, Procurador do Ministério Público inicia falando que participou da reunião na  
98 Delegacia Regional o Trabalho e o problema detectado foi o atraso de pagamento pelos seus hospitais aos seus  
99 funcionários, disse que gostaria de ouvir a SMSA sobre a proposta de viabilização da diminuição do prazo de repasse  
100 aos hospitais dos recursos do FMS. A diretora do Departamento de Orçamento e Finanças da SMSA, Elizete Aparecida  
101 inicia falando que desde a publicação da Portaria do Ministério da Saúde do ano de 1997, que a SMSA tem até o 5º dia  
102 útil para efetuar o pagamento da fatura hospitalar desde o momento que o DATA/SUS disponibiliza o recurso para BH  
103 nós efetivamos o pagamento nesse prazo. O recurso do FMS ele entra no FMS em datas variáveis pode ser feito do dia  
104 04 ao dia 15º de cada mês, entra a data de ingresso do recurso financeiro e a data de pagamento, a SMSA, como todos  
105 os outros órgãos também tem as sua despesas e compromisso a serem cumpridos e nesse período a SMSA utiliza esses  
106 recursos em aplicação financeira no mercado financeiro para que ela consiga na gestão deste recurso financeiro  
107 minimizar a questão do déficit financeiro do FMS que já vem ocorrendo há algum tempo, temos cumprido quase  
108 religiosamente este prazo de cinco dias. Disse que na parte ambulatorial não tem uma portaria do Ministério da Saúde  
109 definindo prazo, mas nós cumprimos normalmente o prazo. Fazer esse adiantamento a todos os hospitais acarretaria  
110 além prejuízo financeiro para o FMS, ele comprometeria o trabalho do Departamento de Orçamento e Finanças, porque  
111 teríamos que fazê-lo baseado numa produção do porque teríamos que fazê-lo baseado numa produção do mês anterior,  
112 o que poderia significar que alguns hospitais receberia mais do que ele tem produzido na realidade dentro daquele mês  
113 e não teríamos meios depois para no próximo mês, fazer o desconto. Disse que o processamento disso na área pública e  
114 complexo, envolve várias pessoas, bancos e além do prejuízo financeiro da perda da aplicação financeira do Recurso  
115 neste período, este rendimento ajuda muito na diminuição do déficit, coloca que o déficit do Fundo Municipal de Saúde  
116 está variando em hum milhão de reais, falou que aplicação desse recurso é no valor de oito mil reais por dia, coloca que  
117 a SMSA está cumprindo o que determina a Portaria e não tem como fazer esse adiantamento aos hospitais, colocou que  
118 acha que esta questão é um problema de administração de cada hospital. O representante da Associação dos Hospitais

119 do Estado de MG, José Luiz Géio Verçosa inicia falando que em casa que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão  
120 comparando este ditado com a saúde no Brasil, disse que a aplicação do dinheiro destinado a investimento na saúde está  
121 sendo importante para manutenção do Sistema, disse que isto está absolutamente errado dentro dos princípios que o  
122 dinheiro público não é para investir, em mercado financeiro para fazer mais dinheiro, disse que o dinheiro público é  
123 para investir na prestação do serviço, se dentro deste raciocínio o sistema não se sustentar, o sistema está errado, isto é  
124 princípio básico, isto do ponto de vista ideológico, dinheiro da saúde não é para dar lucro, nós estamos errado contra  
125 esses princípios, Quanto a antecipação do pagamento da SMSA aos hospitais, disse que não resolveria de vez o  
126 problema dos hospitais, mas minimizaria muito quanto a possibilidade do pagamento em dia aos funcionários dos  
127 hospitais. O acesso aos dados do SUS é liberado pela internet, pois as informações são públicas, todos os hospitais tem  
128 os valores e sua origem na Internet disse que o adiantamento seria bom, pois a principal despesas dos hospitais e com a  
129 folha de pagamento cerca de 60% de suas despesas. O sistema do ponto de vista da remuneração é extremamente  
130 defasado uma boa parte dos procedimentos é deficitário, o que o hospital gasta é maior do que ele vai receber do SUS,  
131 a exceção fica para os casos de alta complexidade, que nem todos os hospitais tem esses procedimentos, coloca que os  
132 hospitais de baixa complexidade são os que mais tem esse problema referente aos procedimentos pagos pelo SUS,  
133 defende que os hospitais que estão com mais dificuldade financeira deveria receber adiantado os recursos do SUS.  
134 Falou que existe uma tendência a diminuir o número de leitos para o SUS, por absoluta impossibilidade de mantê-los e  
135 já existem hospitais que vão fechar as portas. Disse que o Sistema de Saúde está encaminhando para insolvência por  
136 absoluta falta de recursos financeiros. Falou que existe dinheiro para uma série de coisas para a saúde não existe. O  
137 sindicalista do SINDSAÚDE, Eustáquio Miranda coloca que o SINDSAÚDE esteve na reunião da DRT para discutir  
138 essa questão. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho fala como representante do SINDSAÚDE disse que estamos  
139 numa grande encruzilhada e que tentamos resolver em Brasília na manifestação pela votação da PEC da Saúde no mês  
140 de Setembro, na verdade o problema não é nosso de BH é um problema colocado a nível nacional. Devemos fazer uma  
141 reflexão sobre o impacto deste pedido de prazo pelo Ministério Público, pois poderemos vestir um Santo e desvestir um  
142 outro é chama atenção do governo federal e estadual para realmente investir mais recursos na área de saúde, propõe  
143 levar essa discussão para CTCA, CTF e CTRH para avaliarem o impacto desta proposta para o FMS e para assistência  
144 aos usuários do SUS/BH, após as falas dos convidados foi aberto ao plenário as perguntas. O Secretário Municipal de  
145 Saúde Marílio Malagutti disse que a SMSA reconhece que a tabela do SUS é defasada e que esteve em Brasília em  
146 Setembro para apoiar a votação da PEC 169. Disse que a PBH já contribuiu com cerca de 15 a 16% para área de saúde  
147 de BH, acima até o que prevê a PEC da Saúde e nós defende que deve haver reajuste na tabela do SUS, principalmente  
148 em alguns procedimentos. Coloca que hoje tem onze mil pessoas na fila para Oftalmologia, quatro mil para cirurgia de  
149 Amígdalas e ouvido, falou que são procedimentos que são mal remunerados e aí há seleção dos hospitais nestes  
150 procedimentos, aí sim a tabela tem que haver um reajuste diferenciado, todos nós aqui, a população é a favor destes  
151 reajustes, quanto a aplicação de recursos falou que é obrigação de quem administra aplicar até para proteger o  
152 patrimônio do povo, isso não é um erro, em um acerto e vai continuar e deve continuar, até para acompanhar a inflação  
153 mensal. Em relação ao fechamento de hospitais tem muitos procedimentos que são deficitários, CTI Infantil, Neonatal,  
154 Politraumatizado, acidente cerebral, são procedimentos caros de longa permanência que os hospitais privados rejeita  
155 atender porque a tabela do SUS não cobre, 90% desses atendimentos são feitos no serviço público e alguns hospitais  
156 filantrópicos, disse que não acredita que o SUS dê prejuízo aos hospitais se não os hospitais não conveniava ao SUS e  
157 grande parte deles são conveniados ao SUS. A conselheira Ednéia Aparecida defende que não seja feita ao adiamento  
158 porque o problema não é do SUS/BH e sim do Sistema Nacional de Saúde. O conselheiro Antônio Carlos sugere que o  
159 Conselho solicite informações aos hospitais de BH, porque os encargos sociais destes hospitais não estão em dia,  
160 coloca que não concorda com aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, pois o dinheiro deveria ser  
161 aplicado na prestação de serviços à população. O Procurador do Ministério Público do Trabalho Elcio Vilela Nogueira,  
162 coloca que quando o assunto está relacionado a questão do trabalhador o dever do Ministério é ouvir e tentar resolver,  
163 sugerimos que o conselho discuta a questão e tome uma decisão, pois cabe ao Conselho definir sobre os recursos da  
164 saúde, colocou o Ministério Público à disposição do Conselho. O conselheiro Evaristo Garcia defende que a nossa luta  
165 deve ser contra o governo federal para o reajuste da tabela do SUS. O conselheiro Ivan Braga se posiciona contrário a  
166 aplicação do recurso financeiro da SMSA, contrariando o que foi a VI Conferência Municipal de Saúde, cujo tema era  
167 o Controle Social sobre a Saúde. A conselheira Anadil defende que a luta para mais recursos, o alvo é o governo  
168 federal e se posiciona contra a proposta de adiantamento aos hospitais, posiciona a favor da aplicação dos recursos  
169 financeiros da SMSA no mercado financeiro, conforme explicação da Diretora Financeira da SMSA. A conselheira  
170 Rosseli convoca os donos de hospitais a entrarem na luta pela aprovação da PEC 169, defende que a SMSA pode  
171 adiantar os recursos para os hospitais e os mesmos garantissem que pagariam seus funcionários na data prevista em  
172 Lei, propõe um debate sobre a previdência social promovido pelo Conselho. A conselheira Rosalina também apoiou a  
173 aplicação dos recursos financeiros do FMS no mercado financeiro, conforme explicação da diretora financeira o que  
174 não pode é fazer caixa, o que o Conselho tem que fazer é acompanhar essa aplicação, disse que não pode ser aplicado  
175 em banco privado e sim em banco público, propõe uma reunião conjunta das CTCA, CTF e CTRH e com o  
176 Departamento Financeiro e o DEPLAR até porque o DEPLAR tem um serviço de revisão de contas no Controle e  
177 Avaliação que é importante para essa discussão. O conselheiro Roges faz criticas a indústria de saúde, disse que hoje é

178 saúde de pobre para pobre, que trata a saúde como mercadoria, visando o lucro, concorda com aplicação de recursos  
179 financeiros, quando não tem contas para pagar. O sindicalista Boaventura nas considerações finais reafirmou que as  
180 informações tem que ser repassadas ao Conselho, disse que entra na luta por mais recursos para saúde, mas para a saúde  
181 pública não para a máfia dos hospitais privados, ele não está a disposição, desafiou os hospitais desconvienarem do  
182 SUS e se eles sobrevivem é porque o SUS é que mantêm esses hospitais. O representante da Federação dos Hospitais  
183 Filantrópicos, Lauro Batista disse que os funcionários do Hospital da Baleia estão sendo pagos em dia, assim como  
184 FGTS, INSS, Imposto de Renda, disse que o maior é atendimento e pelo SUS, se tirar o SUS, o hospital da Baleia  
185 fecha. A diretora do departamento financeiro esclarece que aplicação financeira é uma obrigação pública, dizendo que  
186 não é lucro e é aplicado na área de saúde, a aplicação é de curto prazo no Banco do Brasil e na CEF e esta aplicação no  
187 decorrer da situação esses rendimentos são aplicados na área da saúde. Disse que todos dados sobre os pagamentos aos  
188 hospitais estão disponíveis no setor financeiro. A 1ª secretária Elizete sugere que o departamento financeiro mande para  
189 o Conselho o relatório sintético dos pagamento efetuados aos hospitais conveniados ao SUS/BH e mensalmente,  
190 informa que assumiu a direção do DEPLAR e coloca-se à disposição do conselho o departamento para esclarecimento  
191 sobre o Controle e Avaliação hospitalar. O representante da Associação dos Hospitais, Dr. José Luiz Verçosa disse que  
192 não podemos esquecer que 75% do atendimento do SUS é feito pela rede privada, outros 25% são feitos pelos hospitais  
193 públicos, quando se propõe a fazer alguma coisa para a rede privada, não se está beneficiando diretores ou donos de  
194 hospital e sim a 75% da população de BH que está no sistema. Foi votado por consenso o encaminhamento desta  
195 questão para as CTCA, CTF e CTRH para dar continuidade a discussão da proposta de reduzir o prazo de pagamento  
196 aos hospitais pela SMSA. Em seguida o Secretário Geral Paulo Roberto Venancio lê o parecer da CTCA sobre o ofício  
197 de N.º Pro 036/99 da Santa Casa de Belo Horizonte a respeito do aumento da Tabela do SUS, o parecer foi aprovado e  
198 ficará a cargo da Mesa Diretora encaminhar em forma de Ofício para o Ministério da Saúde, repudiando o conteúdo do  
199 Ofício acima supra citado. Logo após foi retirado os 08 representantes do CMS para participarem da V Plenária  
200 Estadual de Conselheiros de Saúde no dia 22/10/99 no auditório do CDL/MG, são os seguintes os delegados: Anadil  
201 Benedita Hulnau, Maria Terezinha de Souza, Fabiano de Oliveira Costa, Antônio Carlos da Silva, Evaristo Garcia,  
202 Romélia Rodrigues de Lima, Roges Carvalho dos Santos e Marlene Lage Moreira, foram indicados como suplentes:  
203 Marília Dias de Paula, Rosalina Francisca Fernandes, Dalva Imaculada, Leda de Souza Costa, Maria da Conceição de  
204 Oliveira Costa, Antônio Gomes e Maria Josefina Rodrigues Coelho. Em seguida foram retirados os delegados do  
205 Conselho Municipal de Saúde para participarem da VIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde realizar – se nos dias  
206 09 e 10 de Dezembro de 1999 na Capital Federal, são os seguintes os delegados: João Athyde Torres Valadares, Ednéia  
207 Aparecida de Souza, Romélia Rodrigues Lima e Roges de Carvalho dos Santos, sendo suplente: Marlene Lage  
208 Moreira. Em seguida o Presidente coloca em votação o parecer da CTRH sobre a compra de vales transportes pela  
209 SMSA para distribuição aos conselheiros do segmentos dos trabalhadores no sentido de facilitar a participação nas  
210 atividades rotineiras do Conselho. Logo após a conselheira Rosselli solicita a Mesa Diretora que coloque na pauta da  
211 próxima reunião do conselho a discussão sobre a Policlínica Silveira e Centro de Saúde Cidade Ozanam. O Funcionário  
212 da Secretária Executiva José Osvaldo Maia sugere que a Mesa Diretora após aprovação do Parecer da CTRH negocie  
213 com a Secretaria Municipal de Saúde um aumento de 50% na cota de vales transportes que é fornecido pela SMSA ao  
214 Conselho. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que,  
215 após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário-Geral. Belo Horizonte. 21 de  
216 Outubro de 1999.  
217 Jom/vld.